APUBH

INFORME

Nº 30 – 9/1/85

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

FOLHA DE S. PAULO Quarta-feira, 9 de janeiro de 1985

Reajuste dos professores: mais 20%

O presidente Figueiredo autorizou ontem a concessão de um reajuste salarial diferencial de 20% para todos os professores das instituições federais autárquicas de ensino superior e de primeiro e segundo graus. O anúncio foi feito ontem à noite pela ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz. O abono emergencial dos professores incidirá sobre os salários já reajustados em 75% e será retroativo a 1º de janeiro mas não contempla os servidores técnico-administrativos, como era reivindicado pela categoria.

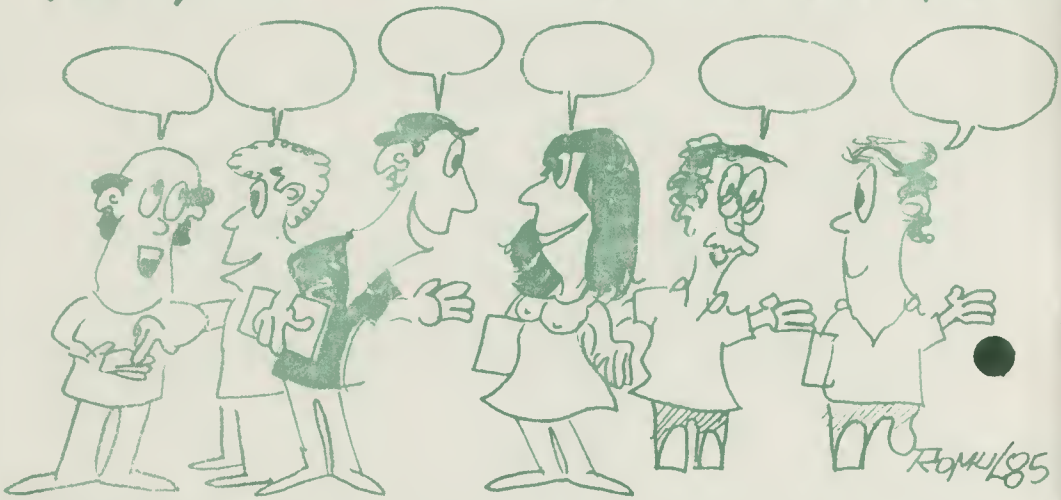
Segundo a ministra da Educação, esse reajuste salarial representará um aumento de Cr$ 19 bilhões na folha mensal de pagamentos de pessoal das autarquias

Embora a proposta inicial do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) fosse de conseguir um abono emergencial de 39% para os docentes, Esther explicou que esses cálculos foram feitos com base em um índice de 60% de aumento para todo o funcionalismo. Como o presidente autorizou um reajuste de 75% o emergencial baixou, então, para os 20%. Uma das propostas apresentadas pelo MEC à Seplan previa a concessão de abonos diferenciados maiores para os professores que têm dedicação exclusiva mas acabou sendo descatada.

"A concessão do reajuste diferencial de 20% para os professores das universidades federais autárquicas foi uma vitória do movimento docente e resultado da greve nacional de 84 dias realizada no ano passado." A afirmação é da presidenta da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Maria José Ribeiro, que no entanto lamentou o fato de o abono não ser extensivo aos servidores técnico-administrativos. "Trata-se de uma profunda discriminação", disse Maria José.

A presidenta da Andes assegurou que a luta dos docentes não termina aqui e nem se reduz à questão salarial. O congresso da entidade em Vitória vai discutir, de 25 de fevereiro a 2 de março, as formas de mobilização para este ano, o que inclui a reivindicação por mais verbas para a Educação e em particular para as universidades públicas. "O que está em discussão é a própria sobrevivência da Universidade!", disse Maria José

ASSEMBLÉIA ESCOLHERÁ DELEGADOS



A assembléia dos professores da UFMG para escolha de delegados ao Congresso da ANDES, anteriormente marcada para o dia 16 de janeiro, foi antecipada para o dia 11, às 9:30 horas, no auditório do ICEX. O principal argumento para a mudança da data é a ressaca geral na qual todo o país certamente estará submerso, após a eleição do presidente da República pelo colégio eleitoral.

O motivo é bastante procedente, mas diminuiu o tempo de preparação das discussões que se pretendia antes da escolha dos delegados, para que pudessem ser escolhidos pelas propostas e não pelos nomes. Na última reunião do Conselho da APUBH do ano passado foi solicitado aos presentes que iniciassem um levantamento em cada unidade sobre o número de interessados em participar no Congresso e que, se houvesse algum "caxias", que tentasse preparar textos e propostas durante o recesso.

Mas para tentar minimizar as falhas, o Conselho da APUBH vai se reunir semanalmente durante o mês de janeiro para discutir com os delegados eleitos e observadores os principais tópicos da pauta do congresso (veja neste boletim).

Serão também analisadas as propostas da ANDES, cuja diretoria vai se reunir nos dias 19, 20 e 21 de janeiro para definir suas proposições, que serão enviadas às AD's através de boletins.

Pelo número de associados, a APUBH tem direito de enviar 9 delegados de base, eleitos em assembléia, e um da diretoria. Além destes, o congresso é aberto a outros participantes, na condição de observadores. A intenção inicial da APUBH, dada a importância do evento para o movimento docente neste primeiro ano de governo civil depois de duas décadas, é fretar um ônibus para todos os interessados, o que eliminaria as despesas de viagem dos observadores. Os gastos dos delegados serão custeados pela Associação.

Existem outros argumentos a favor do congresso, além da facilidade do ônibus: ele vai acontecer num período de férias, (25 de fevereiro a 1º de março), os debates prometem ser intensos e a oportunidade de conviver com docentes de todo o país é uma rica troca de experiências. Só não contribui a beleza das praias de Vitória . . .

PAUTA NO CONGRESSO

A Pauta do IV CN é bastente extensa, principalmente em função deste ano de 1985, que promete ser intenso e para o qual os professores precisam se preparar. Um exemplo disto é a sequência de encontros já marcados: em julho, a SBPC, aqui em Belo Horizonte, e logo depois, em data ainda a ser definida, o Congresso Universitário.

Eis a pauta, que já foi publicada no último boletim, e o cronograma do Congresso:

TEMA 1 — Conjuntura Nacional e organização dos movimentos sociais:
- — Assembléia Nacional Constituinte e organização da sociedade civil.
- — movimento sindical e movimento docente.

TEMA 2 — Conjuntura Nacional e perspectivas da universidade brasileira:
- — universidade e realidade brasileira
- — financiamento da universidade
- — expansão da rede pública e políticas para a rede particular
- — padrão único de qualidade e valorização do magistério
- — gestão da universidade
- — democracia, avaliação do trabalho docente e qualidade da produção acadêmica (ensino, pesquisa e extensão).

TEMA 3 — Questões setoriais:
- — campanhas conjuntas
- — lutas específicas

TEMA 4 — Questões organizativas:
- — finanças
- — estatutos

4º CONGRESSO DA ANDES — CRONOGRAMA

	SEGUNDA 25/02	TERÇA 26/02	QUARTA 27/02	QUINTA 28/02	SEXTA 01/03
MANHÃ		**GRUPOS MISTOS** Tema 1	**PLENÁRIA** Temas 1 e 2	**REUNIÕES INTERSETORIAIS** Tema 3	**PLENÁRIA** Tema 3
TARDE		**GRUPOS MISTOS** Tema 2	**REUNIÕES SETORIAIS** Tema 3	**GRUPOS MISTOS** Tema 4	**PLENÁRIA** Tema 4
NOITE	19 horas — **Solenidade** de abertura e Plenária de Instalação.		**REUNIÕES SETORIAIS** Tema 3 (cont)		**PLENÁRIA FINAL**

MEC CONFIRMA APLICAÇÃO NO OVERNIGHT NA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Depois de insistentes denúncias da Associação de Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA), o MEC resolveu investigar o caso de aplicação pelo reitor Octávio Hamilton Botelho Mourão, de dinheiro da fundação em seu benefício. Não deu outra; as denúncias foram confirmadas: foram aplicados 647 milhões destinados ao pagamento das contribuições do IAPAS no overnight em nome do reitor, que "faturou" quase três milhões nesta operação.

O pior de tudo é que as investigações descobriram que estas aplicações irregulares vêm acontecendo desde 1981, envolvendo, segundo cálculos da ADUA, cerca de Cr$ 1,9 bilhão.

O reitor, logicamente, não assumiu a acusação, mas tampouco vai assumir seu terceiro mandato consecutivo, até que terminem as apurações do inquérito administrativo aberto pela ministra da Educação para apurar as responsabilidades e os beneficiários do "caso overnight".

Seja como for, é mais um argumento em favor da necessidade de que os reitores sejam eleitos pelo voto direto, para se comprometerem e serem controlados pela comunidade universitária

MILITARES NÃO PERDEM PARA A INFLAÇÃO

Tudo bem, saiu o diferencial de 20%. Mas vale uma comparação com o reajuste dos servidores militares, que abocanharam 127% (na realidade, 112%, pois perderam um abono de 10% que tinham). Os demais servidores civis receberam 75% (100% do INPC).

Segundo levantamento da revista SENHOR, pelo menos desde 1980 que os servidores militares vêm tendo reajustes superiores aos dos civis. Alguém sabe por quê?

Veja o quadro

Ano	Servidores Militares	Servidores Civis
1980	*77,6%*	*58,6%*
1981	*98,9%*	*74,5%*
1982	*103%*	*89,2%*
1983	*101.4%*	*81,8%*



JUIZ DE FORA: APES NÃO ACEITA O GOLPE

A Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora (APES) preparou um dossiê de mais de 500 páginas, que está sendo distribuído a autoridades e será enviado ao MEC, denunciando o processo eleitoral ocorrido na Universidade. Os professores não admitem a imposição de uma lista sêxtupla pelo Conselho Universitário, que não respeitou os nomes (com exceção de dois) eleitos em consulta prévia, realizada com ampla participação de alunos, professores e funcionários.

Segundo a APES, o Conselho desrespeitou o acordo firmado e elaborou a lista a revelia dos eleitos, "numa verdadeira traição à comunidade universitária". Foi formado um comitê Pró-Devolução da Lista, para que seja reaberto o processo sucessório, na expectativa de que o resultado das urnas seja respeitado.